



REVISTA E
ATUALIZADA

ALEXANDRE FREITAS

CÂMARA

M A N U A L D E

DIREITO

PROCESSUAL

CIVIL



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 11.12.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

C172m
3. ed.

Câmara, Alexandre Freitas
Manual de direito processual civil / Alexandre Freitas Câmara. - 3. ed., rev. e atual. - Barueri [SP] : Atlas, 2024.
1.096 p. ; 24 cm.

ISBN 978-65-5977-590-3

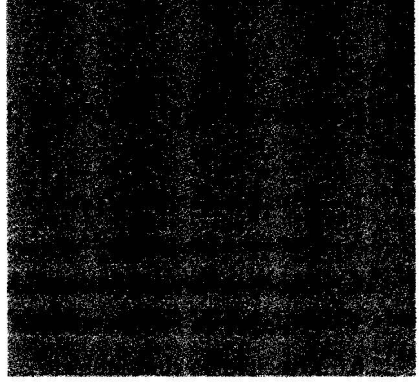
1. Direito processual civil - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I.
Título.

23-87328

CDU: 347.91/.95(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439



SUMÁRIO

PARTE 1

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CAPÍTULO 1

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: CONCEITO E EVOLUÇÃO CIENTÍFICA	3
1.1. Conceito de Direito Processual Civil.....	3
1.2. Evolução científica	5
1.2.1. A fase procedimentalista.....	5
1.2.2. A fase científica	6
1.2.3. A fase instrumentalista.....	7
1.2.4. A fase democrático-constitucional.....	9

CAPÍTULO 2

“FONTES”, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	11
2.1. “Fontes” do Direito e “fontes” do Direito Processual Civil.....	11
2.1.1. Padrões decisórios	20
2.2. Interpretação e aplicação no Direito Processual Civil.....	40
2.3. Aplicação da lei processual civil no tempo.....	41
2.4. Aplicação da lei processual civil no espaço.....	44

CAPÍTULO 3

MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO CIVIL. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	47
3.1. A constitucionalização do processo civil. A compreensão do processo civil a partir de princípios constitucionais.....	47

3.2. Princípio do devido processo constitucional.....	50
3.3. Princípio da igualdade.....	52
3.4. Princípio do juízo “natural” (constitucional)	54
3.5. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	56
3.6. Princípio do contraditório	59
3.6.1. Princípio da cooperação (comparticipação).....	62
3.6.2. Princípio da boa-fé.....	64
3.7. Princípio da fundamentação das decisões judiciais	65
3.8. Princípio da duração razoável do processo	70
3.9. Princípio da eficiência	72
3.10. Princípio da legalidade	73
3.11. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	76
CAPÍTULO 4	
INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	77
4.1. A “trilogia estrutural” do direito processual civil	77
4.2. Processo.....	78
4.2.1. Teorias sobre o processo	78
4.2.1.1. Modelo adversarial de processo.....	82
4.2.1.2. Modelo inquisitivo de processo.....	83
4.2.1.3. Modelo participativo de processo.....	84
4.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	85
4.2.3. Sujeitos do processo.....	86
4.2.3.1. O Estado-juiz. Poderes, deveres e imparcialidade do juiz... ..	86
4.2.3.2. Auxiliares da justiça.....	96
4.2.3.3. As partes.....	103
4.2.3.3.1. Deveres dos sujeitos do processo.....	105
4.2.3.3.2. Responsabilidade das partes por dano proces- sual	107
4.2.3.3.3. As partes e o custo do processo	109
4.2.3.3.4. A gratuidade de justiça.....	122
4.2.3.3.5. Sucessão das partes e dos procuradores.....	125
4.2.3.4. O advogado (privado e público).....	127
4.2.3.5. Ministério Público.....	129
4.2.3.6. Defensoria Pública.....	131

4.2.4. Classificação do processo.....	132
4.2.5. Objeto do processo.....	134
4.2.6. Pressupostos processuais.....	136
4.2.7. Tutela processual: conceito e classificação.....	144
4.3. Ação.....	146
4.3.1. Teorias sobre a ação.....	146
4.3.2. Conceito de ação. A ação como direito ao processo.....	150
4.3.3. “Condições da ação”.....	153
4.3.4. Classificação da ação.....	158
4.4. Jurisdição.....	159
4.4.1. Conceito de atividade jurisdicional.....	160
4.4.2. Características essenciais.....	162
4.4.3. Espécies de jurisdição.....	164
4.4.4. Jurisdição voluntária e contenciosa.....	166
4.4.5. Cooperação judiciária nacional.....	168
CAPÍTULO 5	
LIMITES INTERNACIONAIS DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....	175
5.1. “Competência internacional”.....	175
5.2. Litispendência internacional.....	182
5.3. Cooperação judiciária internacional.....	183
CAPÍTULO 6	
COMPETÊNCIA.....	187
6.1. Conceito.....	187
6.2. Critérios de fixação.....	189
6.3. Incompetência absoluta e relativa.....	195
6.4. Causas de modificação.....	196
6.5. Declaração de incompetência.....	200
6.6. Conflito de competência.....	201
CAPÍTULO 7	
PLURALIDADE DE PARTES.....	203
7.1. Litisconsórcio.....	203
7.1.1. Classificação do litisconsórcio.....	204

7.1.2. Dinâmica do litisconsórcio	214
7.1.3. Despolarização do processo	216
7.2. Intervenção de terceiros: noções gerais.....	217
7.2.1. Assistência.....	219
7.2.2. Recurso de terceiro	223
7.2.3. Denúnciação da lide	225
7.2.4. Chamamento ao processo.....	233
7.2.5. Intervenção resultante do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	235
7.2.6. Intervenção do <i>amicus curiae</i>	245
7.2.7. Intervenção de terceiros em processo de alimentos	252
7.2.8. Intervenções atípicas	255

CAPÍTULO 8

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS PROCESSUAIS	257
8.1. Fato, ato e negócio jurídico	257
8.2. Fatos processuais	258
8.3. Atos do processo e atos processuais.....	258
8.3.1. Classificação dos atos processuais	259
8.3.2. Forma dos atos processuais (tempo, lugar e modo dos atos processuais).....	261
8.3.3. Prazos processuais.....	263
8.3.4. Inexistência, invalidade e ineficácia dos atos processuais	268
8.3.5. Comunicação dos atos processuais	275
8.3.5.1. Citação	275
8.3.5.2. Intimação	283
8.3.5.3. Cartas	285
8.4. Negócios processuais	287
8.5. Calendário processual	291

CAPÍTULO 9

DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO DE PROCESSOS E VALOR DA CAUSA.....	293
9.1. Distribuição e registro de processos	293
9.2. Conceito e atribuição do valor da causa.....	295
9.3. Critérios legais de determinação do valor da causa.....	295
9.4. Controle do valor da causa.....	297

CAPÍTULO 10

TUTELA PROVISÓRIA.....	299
10.1. Conceito e espécies	299
10.2. Tutela de urgência não satisfativa (tutela cautelar).....	301
10.3. Tutela de urgência satisfativa (tutela antecipada)	317
10.3.1. Estabilização da tutela antecipada	324
10.4. Tutela da evidência satisfativa.....	331
10.5. Tutela da evidência não satisfativa	339

CAPÍTULO 11

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	341
11.1. Formação do processo.....	341
11.2. Suspensão do processo	344
11.3. Extinção do processo	352

PARTE 2
PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO COMUM.....	357
12.1. Processo de conhecimento e cognição	357
12.2. Conceito e estrutura do procedimento comum	363
12.3. Petição inicial: conceito e requisitos	367
12.3.1. Indeferimento da petição inicial.....	376
12.4. Improcedência liminar do pedido	377
12.5. Despacho liminar positivo e audiência prévia de autocomposição.....	380
12.5.1. Audiência prévia de autocomposição e os meios consensuais de resolução de conflitos.....	382
12.5.2. Contestação	383
12.5.3. Revelia	388
12.5.4. Reconvencção	391
12.6. Providências preliminares.....	396
12.6.1. Especificação de provas.....	396
12.6.2. Réplica	397
12.7. Julgamento conforme o estado do processo	398

12.7.1. Extinção e redução do processo.....	399
12.7.2. Julgamento “antecipado” total ou parcial do mérito	400
12.7.3. Decisão de saneamento e organização do processo	402
12.8. A fase principal (de instrução e julgamento) do procedimento comum.....	405
 CAPÍTULO 13	
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	407
 CAPÍTULO 14	
DIREITO PROBATÓRIO	413
14.1. Teoria geral da prova.....	413
14.1.1. Conceito de prova.....	413
14.1.2. Objeto da prova.....	417
14.1.3. Destinatários da prova	420
14.1.4. Ônus da prova	426
14.1.5. Meios de prova	432
14.1.6. Prova emprestada.....	434
14.2. Demandas probatórias autônomas	436
14.3. Provas em espécie.....	443
14.3.1. Ata notarial.....	443
14.3.2. Depoimento pessoal.....	444
14.3.3. Confissão.....	445
14.3.4. Exibição de documento ou coisa	447
14.3.5. Prova documental.....	449
14.3.5.1. Documentos eletrônicos.....	455
14.3.6. Prova testemunhal	455
14.3.7. Prova pericial.....	460
14.3.8. Inspeção judicial	464
 CAPÍTULO 15	
SENTENÇA	467
15.1. Conceito	467
15.2. Sentenças terminativas e definitivas	469
15.3. Elementos.....	484
15.3.1. Relatório.....	485
15.3.2. Fundamentação.....	486

15.3.3. Dispositivo	494
15.4. Interpretação da sentença	495
15.5. Classificação da sentença definitiva	496
15.6. Capítulos de sentença	506
CAPÍTULO 16	
REMESSA NECESSÁRIA	509
CAPÍTULO 17	
ESTABILIZAÇÃO, PRECLUSÃO E COISA JULGADA	513
17.1. Estabilização	513
17.2. Preclusão	516
17.3. Coisa julgada.....	520
17.3.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material	523
17.3.2. Limites objetivos da coisa julgada	526
17.3.3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	533
17.3.4. Coisa julgada nas sentenças determinativas.....	536
CAPÍTULO 18	
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	541
18.1. Teoria geral dos procedimentos especiais	541
18.2. Procedimento especial do pagamento por consignação	546
18.2.1. O pagamento por consignação	546
18.2.2. A consignação extrajudicial.....	547
18.2.3. O procedimento judicial do pagamento por consignação (“ação de consignação em pagamento”).....	549
18.3. Procedimento especial de exigência de contas (“ação de exigir contas”)	558
18.4. Procedimento especial de tutela da posse (“ações possessórias”).....	564
18.4.1. Posse e sua proteção processual	564
18.4.2. Características das demandas possessórias.....	567
18.4.2.1. Separação entre juízo possessório e juízo petitório	567
18.4.2.2. Fungibilidade.....	571
18.4.3. As demandas possessórias de reintegração e manutenção de posse..	572
18.4.3.1. Procedimento	572
18.4.4. Demanda de interdito proibitório	576
18.4.5. Demandas possessórias coletivas.....	577

18.5. Procedimentos especiais de divisão e demarcação de terras particulares.....	579
18.5.1. Introdução	579
18.5.2. O procedimento especial de demarcação de terras particulares (“ação demarcatória”)	583
18.5.3. O procedimento especial de divisão de terras particulares (“ação divisória”)	587
18.6. Procedimento especial de dissolução parcial de sociedade (“ação de dissolução parcial de sociedade”)	590
18.7 O procedimento especial do inventário e partilha.....	593
18.7.1. O procedimento especial de inventário e partilha	594
18.7.1.1. A fase de inventário	599
18.7.1.1.1. Pedido de instauração e nomeação de inventariante.....	599
18.7.1.1.2. O inventariante: conceito e atribuições.....	600
18.7.1.1.3. Primeiras declarações.....	602
18.7.1.1.4. Citações e impugnações.....	603
18.7.1.1.5. Avaliação de bens e últimas declarações	604
18.7.1.1.6. Cálculo do imposto e julgamento do cálculo ...	604
18.7.1.1.7. Colações.....	605
18.7.1.1.8. Pagamento das dívidas.....	606
18.7.1.2. A fase de partilha	606
18.7.1.2.1. Pedidos de quinhão e deliberação sobre a partilha	606
18.7.1.2.2. Esboço de partilha	607
18.7.1.2.3. Lançamento da partilha nos autos e comprovação do pagamento do tributo.....	607
18.7.1.2.4. Sentença	607
18.7.1.2.5. Formal de partilha e certidão de partilha.....	608
18.7.1.3. Partilha.....	608
18.7.1.4. Arrolamento.....	610
18.7.1.5. Disposições finais	611
18.8. Procedimento especial dos embargos de terceiro.....	612
18.8.1. Conceito e função.....	612
18.8.2. Legitimidade ativa e passiva.....	615
18.8.3. Competência.....	616
18.8.4. Procedimento	617
18.9. Procedimento especial de oposição.....	619
18.9.1. Conceito e natureza jurídica.....	619

18.9.2. Procedimento	620
18.10. Procedimento especial de habilitação	622
18.11. Procedimento especial das causas de família (“ações de família”)	624
18.12. Procedimento monitorio (“ação monitoria”)	630
18.12.1. Conceito, estrutura e cabimento	630
18.12.2. Procedimento monitorio	639
18.12.3. Má-fé das partes no procedimento monitorio	644
18.13. Procedimento especial de homologação do penhor legal	645
18.14. Procedimento especial de regulação de avaria grossa	653
18.15. Procedimento especial de restauração de autos	656
18.16. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	660
18.16.1. Noções gerais e procedimento comum da jurisdição voluntária....	660
18.16.2. Notificação e interpelação	662
18.16.3. Alienação judicial	665
18.16.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável, alteração de regime de bens do matrimônio.....	666
18.16.5. Cumprimento de testamentos e codicilos.....	668
18.16.6. Arrecadação de herança jacente	671
18.16.7. Arrecadação de bens dos ausentes	675
18.16.8. Arrecadação de coisas vagas	678
18.16.9. Interdição	680
18.16.10. Tutela e curatela	687
18.16.11. Organização e fiscalização das fundações	687
18.16.12. Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo	689

PARTE 3

EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

CAPÍTULO 19

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	693
19.1. Execução em geral.....	693
19.2. Partes no procedimento executivo.....	701
19.3. Competência	705
19.4. Requisitos da execução	707
19.4.1. Título executivo.....	708
19.4.2. Títulos executivos extrajudiciais	721

22.2. Cumprimento de sentença no caso de obrigação pecuniária.....	817
22.2.1. Cumprimento provisório.....	817
22.2.2. Cumprimento definitivo.....	820
22.2.3. Cumprimento de sentença no caso de prestação alimentícia.....	822
22.2.4. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	826
22.3. Cumprimento de sentença nos casos de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa.....	828
 CAPÍTULO 23	
DEFESAS DO EXECUTADO	837
23.1. Embargos do executado	837
23.2. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	848
23.3. Objeção de não executividade (“exceção de pré-executividade”).....	856
 CAPÍTULO 24	
SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	859
24.1. Suspensão	859
24.2. Extinção.....	863
 PARTE 4	
PROCESSO NOS TRIBUNAIS	
 CAPÍTULO 25	
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PAPEL DOS TRIBUNAIS	869
 CAPÍTULO 26	
ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	875
26.1. Poderes do relator.....	890
 CAPÍTULO 27	
INCIDENTES DE FORMAÇÃO CONCENTRADA DE PADRÕES DECISÓRIOS VINCULANTES	895
27.1. Considerações gerais.....	895
27.2. O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	896

27.3. O incidente de assunção de competência	908
27.4. Outros mecanismos de formação concentrada de precedentes e de enunciados de súmula	911
CAPÍTULO 28	
INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	917
CAPÍTULO 29	
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA	921
CAPÍTULO 30	
HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DE EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	925
CAPÍTULO 31	
AÇÃO RESCISÓRIA	931
31.1. Conceito e cabimento	931
31.2. Competência	940
31.3. Legitimidade	945
31.4. Procedimento	949
31.5. Decadência do direito à rescisão	954
31.6. A demanda anulatória (“ação anulatória”)	958
CAPÍTULO 32	
RECLAMAÇÃO	961
CAPÍTULO 33	
RECURSOS	971
33.1. Teoria geral dos recursos	971
33.1.1. Conceito	971
33.1.2. Classificação	977
33.1.3. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	981
33.1.3.1. Requisitos de admissibilidade dos recursos	984
33.1.3.1.1. Condições do recurso	985
33.1.3.1.2. Pressupostos recursais	989

33.1.3.1.3. Impedimentos recursais.....	993
33.1.4. Efeitos dos recursos	995
33.1.4.1. Efeitos da interposição.....	995
33.1.4.2. Efeitos do julgamento.....	999
33.2. Recursos em espécie	1000
33.2.1. Agravo de instrumento	1000
33.2.2. Apelação.....	1015
33.2.3. Agravo interno	1029
33.2.4. Embargos de declaração.....	1030
33.2.5. Recurso ordinário constitucional	1037
33.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial	1040
33.2.6.1. Julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos	1055
33.2.7. Agravo em recurso extraordinário ou em recurso especial	1063
33.2.8. Embargos de divergência.....	1065